

28 ABR 1988

Notas e informações

Perigoso envolvimento

Quando a opinião do Conselho de Segurança Nacional e dos ministros militares passa a ser relevante para os que defendem esta ou aquela definição de "empresa nacional", convém perguntar quais as razões que levaram, primeiro, muitos esquerdistas a combater a ingerência militar na política; e, depois, a Assembléia Nacional Constituinte a extinguir esse órgão de assessoramento do presidente da República, como se a simples referência ao Conselho de Segurança Nacional na Constituição indicasse que o País estaria vivendo em pleno regime autoritário e militar.

Os ministros militares intrumeteram-se demais nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Primeiramente, cuidaram de defender — cumprindo o que julgavam ser sua obrigação para com as corporações formadoras de sua mentalidade — aquilo que reputavam devesse ser a correta definição do papel constitucional das Forças Armadas. Nessa empreitada, cheia de riscos, contaram com nosso apoio, pois sempre consideramos exata a definição, que se incluía já na Constituição de 1946. Depois de bem sucedidos nessa tarefa — de puro *lobby*, como nunca se deixou de apontar —, os ministros militares meteram-se noutra, invadindo seara essencialmente civil e política, que foi opinar sobre as vantagens desse ou daquele sistema de governo e dos inconvenientes, a seu ver extremamente graves, de ser aprovado mandato de duração inferior a cinco anos para os presidentes da República. A esquerda, alguns elementos do centro e toda a imprensa não pouparam críticas a essa intervenção indevida em assuntos não militares, a esse extrapolar de funções. Com que ânimo, agora, poderão esses críticos condenar a interferência de chefes militares na discussão de assuntos políticos, sociais e econômicos, se deputados e senadores, membros da Assembléia Nacional Constituinte — nacionalistas, quando

não esquerdistas — não só se dirigiram ao ministro-chefe do Gabinete Militar, mas também pretendem estender seu périplo a todos os ministérios militares, com o objetivo de defender junto aos que comandam tropa e controlam informações a validade da definição de empresa nacional patrocinada por eles?

A Frente Parlamentar Nacionalista não foi ter ao general Bayma Denys para informá-lo do que se contém em suas propostas. Pelo menos é de supor-se que o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional leia jornais. Os constituintes foram ter a um dos representantes do poder militar — mais grave ainda, ao chefe do órgão que encarna a doutrina de segurança nacional — para exercer *lobby* em sentido inverso, vale dizer, foram tentar convencer o general Bayma Denys da excelência de suas proposições e da *concordância delas com a doutrina de segurança nacional* para que em seguida, usando do nome e do prestígio do órgão, s. exa. se dispusesse a convencer os outros constituintes de que a proposta da Frente Nacionalista era a preferida dos militares. Na Assembléia Nacional Constituinte, houve protestos enérgicos contra a definição dos militares em favor dos cinco anos e do presidencialismo. Agora se recorre a eles para obter seu aval para a aprovação de determinada proposta sobre a ordem econômica. Quem é de fato, nessas circunstâncias, o poder soberano? A Assembléia Nacional Constituinte ou as Forças Armadas?

Há aspectos da maior gravidade institucional nessa ida da Frente Parlamentar Nacionalista ao CSN, cuja extinção haviam votado semanas antes. O primeiro é procurar envolver o Conselho e por intermédio dele as Forças Armadas em assuntos sem dúvida essenciais ao futuro do Brasil, mas sobre os quais o CSN e os

departamentos técnicos das armas singulares devem opinar apenas no que respeita ao que é melhor para a *defesa do País em sentido estrito*. Queremos dizer com isso que a política tecnológica do País não deve e não pode ser determinada pelas Forças Armadas ou pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Ainda que sejam chamadas a opinar sobre a adequação de investimentos a planos estratégicos, a definição da política tecnológica e das relações do Brasil com o mundo industrial e financeiro é tarefa que compete essencialmente ao Poder Político, do qual são apenas o braço armado, instrumento de coerção *ultima ratio*.

O segundo aspecto grave dessa incursão da Frente Parlamentar Nacionalista junto ao poder real é reconhecer que ele existe; é proclamar que as Forças Armadas e a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Segurança pesam mais politicamente do que quantos deputados e senadores queiram falar sobre isto ou aquilo. Que a esquerda, especialmente alguns de seus membros mais desfrutáveis, confirme essa realidade, é simplesmente lamentável e revelador do caráter dos homens. O terceiro aspecto para o qual desejamos chamar atenção é que, ao tentar cooptar o CSN — e talvez os próprios ministros militares — para suas teses, a Frente Parlamentar Nacionalista jogou os militares de corpo e alma no centro das decisões econômicas e tecnológicas.

Talvez sem o pretender — ou quem sabe agindo arditamente — os nacionalistas tentaram selar uma aliança funesta para o Brasil: transformá-lo em nova Albânia, ou novo Moçambique com a cumplicidade silenciosa das Forças Armadas. Se isso vier a acontecer, o caso de erguer preces ao Senhor e pedirmos para que tenha piedade de quantos ainda acreditam na possibilidade de fazer deste país uma nação moderna e livre.